

Povos Indígenas no Brasil

Fonte FOLHA DA TARDE (SP) Class.: 1099

Data 29/OUT/1989 Pg.: _____

Sepúlveda pede a Tuma que apure denúncia de corrupção na Funai

O procurador geral da República, Sepúlveda Pertence, pediu anteontem, ao diretor geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, abertura de inquérito policial para apurar denúncia de corrupção de madeireiros por servidores da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Rondônia. Segundo matéria publicada pela revista "Senhor", em sua edição do dia 20 último, o assessor especial da presidência da Funai, Jorge Elias Suad, e o assessor da superintendência regional, Jimmi Peixe Macintyre, teriam exigido do sócio da Madeireira Regente Ltda, Aureliano Ferreira, e do diretor da Serraria Arco-Iris, José Antônio, um total de Cz\$ 3 milhões para liberar a retirada de madeira da área indígena Roosevelt.

O presidente da Funai, Romero Jucá Filho, ironizou a providência sugerida pelo procurador-geral da República: "Sepúlveda está um pouco atrasado. Enquanto ele vai a Funai, já estou de volta". Romero Jucá disse que ao tomar conhecimento da denúncia "Ieviana", publicada pela revista, determinou a abertura de uma sindicância. A comissão

de sindicância permaneceu, entre os dias 20 e 23 passados, em Cacoal, município de Rondônia, para apurar a denúncia.

Segundo o relatório, elaborado pelo coronel Guadalupe, os dois madeireiros teriam sido obrigados, sob ameaças do ex-funcionário Francisco Nóbrega e do índio Oita Mina, a assinarem as declarações, reconhecidas em cartório, contra os assessores Elias Suad e Jimmi Macintyre.

Os dois madeireiros, Aureliano Ferreira e José Júnior, assinaram duas novas declarações para os membros da comissão de sindicância. Afirmaram que as declarações anteriores, publicadas pela "Senhor", não correspondem a verdade. Ferreira afirma que assinou a pedido de Francisco Nóbrega, ex-funcionário. Antônio Júnior assegura que assinou um papel em branco.

Romero Jucá disse que, com base nas informações do relatório do coronel Guadalupe, "não há necessidade de pedir abertura de inquérito à Polícia Federal". Mas não é assim que entende Sepúlveda Pertence. Segundo ele, "crimes se apuram na Polícia, inclusive os de corrupção passiva".